

Introdução

Brasil, 1917. A implantação do regime republicano havia acontecido há quase 40 anos. A República brasileira havia passado pelos anos iniciais de grande instabilidade política, como quase sempre ocorre nos processos que engendram as mudanças de regime. O contexto era de plena afirmação dos valores cívicos nacionais. A Primeira Guerra enredava o clima propício ao culto à pátria, ao discurso da modernização do país e ao apelo para o sentimento e a soberania nacionais.

Nos meios intelectuais da época, discutia-se a melhor forma de promover o desenvolvimento nacional. Desde os anos 80 do século XIX, a questão nacional vestia-se de um sentido novo. O fim da escravidão, a imigração e a proclamação da República deram um novo significado aos debates acerca da nação, consolidando novos modos de conjetar idéias que pudessem representar a identidade nacional brasileira, tais como transformação, ruptura, modernidade, positividade da miscigenação e da exuberância da natureza, etc.

O processo de implantação e consolidação das bases do Estado republicano brasileiro respaldou-se doutrinariamente por pressupostos como o liberalismo clássico, o evolucionismo, o cientificismo e o positivismo. As idéias de liberdade civil e individual, igualdade perante a lei, limitação constitucional do governo, os direitos naturais e de propriedade, bem como os debates que conjugavam as idéias de raça e nação, ocuparam o centro dos debates dos grupos políticos e intelectuais da época. Os referenciais ideológicos estavam presentes nos autores internacionais bastante lidos à época, tais como John Locke, Voltaire, Montesquieu e o romântico Herder, as teorias sociais e raciais deterministas do novecentos como Gobineau e Gustave Le Bon, além de pensadores considerados mais “liberais” como Stuart Mill e Ernest Rénan.

O fim da escravidão, formalizada pouco antes da desagregação do sistema monárquico, trouxe um problema a ser solucionado pela nova ordem política vigente: Como acomodar essas doutrinas liberais, diante da singularidade de uma sociedade, até bem pouco tempo, ancorada pelos pressupostos monárquicos e por uma realidade escravista? Como a República lidaria com a questão social herdada do Império, com os egressos da escravidão? O Brasil tornou-se um país

independente, lidando com o *status quo* da exclusão e da violência, utilizados como mecanismos de coerção sobre a massa da população, o que, muito corroborou a instituição escravista. Na República, o desafio havia assumido proporções, ainda maiores, com a ampliação do regime de trabalho assalariado, pois era imperioso saber o que fazer com a massa de desvalidos e miseráveis. Como incorporá-los ao novo projeto de nação, sem correr o risco de incitar radicalismos?

Mencionemos outro fator que contribuiu para o vertiginoso inchaço demográfico e o conseqüente aumento da preocupação com a questão social, principalmente, nos novos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo: a imigração. A extinção do tráfico negreiro, o avanço da campanha abolicionista e a expansão da cultura cafeeira dinamizadas no século XIX, pressionaram o governo imperial a patrocinar a imigração subvencionada, mais ou menos a partir de 1870, o que em poucas décadas, significaria o crescimento do desenvolvimento industrial e, na mesma proporção, o aumento das manifestações grevistas.

A Constituição de 1891 consagrou a ampliação formal da participação política com a implantação do sufrágio universal, mas baseou-se num esquema no qual só podiam votar os alfabetizados. Em uma sociedade cuja realidade era a de uma população majoritariamente analfabeta, podemos compreender o quanto a nova Constituição deixava a desejar quando o assunto era promover a real participação dos setores subalternos nos destinos do país. Na prática, não interessava incorporar à cidadania todos os grupos sociais, ficando pois excluídos desse direito, boa parte da população.

A abolição do trabalho escravo não foi seguida por políticas públicas que garantissem trabalho, terras, educação e direitos civis plenos para os ex-escravos e seus descendentes. Em geral, os novos projetos nacionais engendrados pela intelectualidade da época, não contemplaram a incorporação desses setores sociais em seus ideais de civilização, modernização, democracia e cidadania. Apesar de muitos desses discursos defenderem causas como o direito à liberdade, a igualdade civil e a soberania popular, na prática, a extensão desses e de outros direitos à maioria da população, poderia significar caos e desordem social. Assim, se até o fim do Império, havia o medo das rebeliões escravas, na República,

fatores como o crescimento desordenado dos centros urbanos, a dinamização da industrialização e a imigração, fizeram emergir outros medos. Os problemas sociais e as más condições de moradia e de trabalho traziam consigo o perigo iminente das agitações populares, das greves dos trabalhadores e toda a ordem de problemas que os grupos políticos dirigentes queriam evitar. Diante do clima de grande apreensão e instabilidade, o debate em torno da questão nacional também deveria levar em conta a solução desses problemas, tendo uma preocupação especial com a defesa da integridade da pátria e da ordem pública.

Dessa forma, tanto os que se empenharam em enaltecer a monarquia, quanto os resolveram apoiar o sistema político republicano, tiveram a preocupação de conduzir suas propostas acerca do futuro da nação, levando em consideração o perigo que poderia representar as massas populares. Mas quais os limites que definiram as propostas acerca da cidadania brasileira, num contexto social de profundas desigualdades entre seus indivíduos, herança indelével da tradição escravista?

No alvorecer do século XX, a preocupação com o controle das massas sociais permanecia. Apesar do clima de otimismo que se vivia em relação ao futuro da nação, muito potencializado pela Primeira Guerra, os grupos políticos dirigentes se ocupavam de uma apreensão constante - a ordem social. O Brasil vivia um clima conturbado, permeado por movimentos sociais no campo e nos centros urbanos. Nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, inúmeras greves operárias passaram a fazer parte de um cenário conturbado, que polarizava os interesses de patrões e empregados nas fábricas e indústrias que estavam em pleno processo de expansão.

Em meio a esse contexto, crescia entre os intelectuais da época o debate em torno da urgente necessidade da redefinição da questão nacional. Heróis, eventos e comemorações cívicas deveriam se redimensionar, a fim de se adequarem às novas demandas políticas. Nesse processo de re-elaboração dos cânones nacionais, interessava ao governo atender aos diversos interesses políticos, o quanto fosse possível. Diferentes grupos políticos deveriam se sentir acalentados, atendidos. Mas na prática, a República nem sempre conseguia atender aos interesses provindos de todos os estados da Federação. Grupos paulistas reivindicavam para si a importância dos bandeirantes no processo de definição das

fronteiras nacionais. Mineiros ressaltavam a importância da Conjuração Mineira como movimento precedente da Independência. Pernambucanos defendiam a primazia dos eventos pernambucanos, como a Restauração e os movimentos de Mascates e 1817. A disputa pelo lugar de honra na memória nacional estava aberta, e o governo federal tentava conciliar todos esses interesses. Tal perspectiva era importante para garantir apoio e legitimação ao próprio sistema político. Quanto maior fosse a capacidade do governo de atender a interesses diversos, maior seria a possibilidade de garantir mais estabilidade.

A República havia sido implantada em 1889, por força de um golpe militar. Já naquela época, houve uma preocupação, por parte de vários políticos e intelectuais que optaram por aderir ao novo sistema de governo, em forjar uma vocação republicana para o país. Naquela época essa missão tomou feições de grande desafio. Era preciso “inventar” uma tradição republicana para o país, num contexto em que a monarquia havia acabado de sair de cena, e ainda era um ponto de referência importante no imaginário social. As conturbações políticas e econômicas que permeariam os primeiros anos da República, acabaram por tornar ainda mais difícil essa tarefa.

Passada a primeira década do século XX, o contexto certamente era outro, mas as discussões em torno da necessidade do redimensionamento da questão nacional continuaram presentes nos círculos políticos e intelectuais. A conjuntura menos instável era mais propícia à elaboração de estratégias para a afirmação dos valores cívicos republicanos. Mais do que nunca, interessava ao Estado e aos grupos políticos dirigentes nacionais apoiarem iniciativas que pudessem reforçar esses valores, como a promoção de comemorações cívicas, a inauguração de monumentos históricos e a confecção e divulgação de símbolos nacionais. Essas iniciativas seriam como pontos de referência para a afirmação de determinadas inteligibilidades.

Em princípio, tal empreendimento se daria a partir de dois caminhos complementares. O primeiro remetia à necessidade da revisão de alguns parâmetros e cânones da história nacional. O segundo relacionava-se ao problema da divulgação e disseminação dos eventos e heróis dessa história nacional que deveria ser redimensionada.

Em relação ao primeiro aspecto, podemos dizer que havia um esforço de renovação da história nacional, ao mesmo tempo em que se prezava pela conservação de alguns ícones representativos, já presentes em uma história nacional que vinha se construindo desde o Império. Em relação ao segundo aspecto, podemos dizer que o maior desafio para a difusão dos símbolos nacionais era a grande massa de analfabetos que constituía a maioria da população da época. Como garantir que heróis e eventos legitimadores da ordem política e social chegassem como exemplo a ser seguido para o senso comum?

Como forma de solucionar esse problema, vários discursos de época se propuseram a defender a causa da necessidade do investimento público na educação da população. Muitos intelectuais associavam o caminho da paz e da modernização do país, às melhorias que pudessem ser feitas na educação básica. Através da escola, seria mais fácil disseminar os valores pátrios e a importância do civismo, exercendo influência direta no comportamento social da população.

Para os dirigentes nacionais era preciso fabricar consensos, moldar condutas e definir comportamentos. A ordem política precisava ser legitimada e positivada. E se a proposta de maiores investimentos na educação básica do país não era uma unanimidade entre os políticos e intelectuais da época, o papel fundamental a ser desempenhado pela história nacional era amplamente aceito entre os mesmos. Era consenso a idéia de que a história deveria registrar os fundamentos da nacionalidade requeridos pela ordem do presente. Monumentos, cerimônias, festas e mártires deveriam criar e comunicar identidades nacionais. O que nem sempre eram unânimes, eram os caminhos a serem percorridos por essa história nacional. Os construtores da nação freqüentemente divergiam quando o assunto era eleger os eventos e heróis mais adequados para representar a nação brasileira. Em torno dos lugares de prestígio da história nacional, os intelectuais da época envolviam-se em contendas e debates e convergiam em alguns pontos, mas sempre demonstrando os seus pontos de vista e os seus interesses.

É nesse contexto amplo da necessidade do redimensionamento das tradições brasileiras que se insere o nosso objeto de estudo. As comemorações do centenário da Insurreição Pernambucana de 1817 ocorreram nessa conjuntura de reestruturação dos ícones da história nacional. E se, no século XIX, a historiografia oficial optou por relegar esse evento ao ostracismo ou ao

desprestígio, no contexto de seu centenário, a tendência era oposta - destacar a sua importância como evento da história nacional.

A Insurreição Pernambucana passou a ser representada como o prenúncio da Independência e da República de 1889. Nomes ligados ao movimento como padre Roma, padre Miguelinho e frei Caneca, passaram ser delineados como heróis nacionais, defensores da pátria, da liberdade e da soberania da nação. Vários autores da época se esforçaram para desvincular o caráter subversivo e separatista de 1817, moldando-o como um movimento precursor da ordem política vigente.

A iniciativa da comemoração do centenário de 1817 partiu do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), mas contou com o apoio do governo federal e de várias instituições culturais da época, como o próprio IHGB. O recurso das datas comemorativas como oportunidade para disseminação de novos postulados tornou-se uma prática comum na época. Comemorar era também lembrar e a comemoração histórica é entendida, aqui, como uma forma de estratégia. Os institutos históricos e geográficos podem ser considerados como grandes exemplos de instituições que se utilizavam desse recurso com a finalidade de solidificar histórias, memórias e tradições. Os institutos eram espaços de sociabilidade, de troca de idéias políticas e intelectuais. Por causa das suas íntimas relações com a produção da história, constituem lugares privilegiados para o estudo das narrativas nacionais. Além disso, a rede de intelectuais reunidos nesses espaços deflagrava relações de troca de favores e ofensas. As disputas pessoais e políticas conviviam com a convergência de pontos de vista, as relações de amizade e a intersecção de lógicas de atuação. Os membros dos institutos estavam estreitamente ligados à missão da escrita da história nacional, mas os seus projetos pessoais e políticos freqüentemente se interpunham na tessitura dessa incumbência.

Por esse motivo elegemos como *locus* privilegiado de análise dois espaços de produção de história e de memória nacional - o primeiro, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB); o segundo, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), atualmente, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). A partir dos textos e discursos produzidos no contexto das comemorações do centenário do movimento pernambucano de 1817, pretendemos compreender as divergências e as intersecções protagonizadas

por membros dessas duas instituições, com o objetivo de identificar as diferentes tendências nas propostas para a composição das narrativas nacionais.

A República de 1817 constitui um tema particularmente interessante para comparar os discursos dessas duas instituições. No século XIX, o tema acabou sendo sistematicamente evitado pela historiografia do IHGB. Quando era abordado, o ponto de vista privilegiado era o da ordem política imperial, que tendia a ver a experiência de 1817 como um movimento de subversão à instituição monárquica. Com a República, o movimento passou a ser representado como um evento de grande importância para a história nacional.

No IAGP, o tema 1817 também não era muito recorrente durante boa parte do século XIX. O Instituto pernambucano esmerava-se na positivação dos “heróis pernambucanos” ligados à Restauração, evento ocorrido no século XVII. O destaque aos “heróis” de 1817 ganharia maior respaldo, e portanto, mais espaço, no esteio da mudança de regime político.

Diante de um mesmo tema, os autores ligados a essas duas instituições assumiam os seus postulados diante de suas expectativas. Estas variavam conforme o contexto político da época e os lugares de atuação dos atores políticos envolvidos.

O IHGB, inaugurado em 1838, foi concebido pelos grupos políticos do fim período regencial, como uma instituição oficial encarregada de sistematizar a escrita da história do Brasil. Constituiu-se como o primeiro espaço de produção da historiografia nacional preocupada em compor um modelo de *História Pátria*. Os incentivos posteriores dados ao desenvolvimento da Instituição, por iniciativa do imperador D. Pedro II, fizeram do IHGB um espaço de afirmação de um modelo identidade nacional consoante aos interesses do Estado imperial. A chegada da República iria influir diretamente num processo de recomposição da historiografia do Instituto, a partir então, muito mais preocupada com a redefinição de um novo modelo de identidade nacional.

O IAGP, inaugurado em Recife, em 1862, constituiu o primeiro instituto histórico local, organizado ainda no Império. Surgiu com a proposta de sistematizar a escrita da história pernambucana como uma alternativa à história global e totalizante produzida no IHGB. Na perspectiva daqueles que fundaram o IAGP, era preciso sublinhar a importância do papel desempenhado por

Pernambuco em eventos considerados fundamentais para a história da formação da nacionalidade brasileira, como a Restauração Pernambucana e os eventos pernambucanos ocorridos em 1710 (Mascates), 1817 e 1824 (Confederação do Equador). A instauração do sistema republicano iria possibilitar a maior fundamentação desse argumento.

O foco de nossa análise está concentrado nos discursos produzidos pelos membros dessas duas instituições, entre 1889 e 1930. Trabalhamos basicamente com as publicações da *Revista do IHGB* e da *Revista do IAGP* lançadas na Primeira República. Um dos nossos objetivos é fazer uma análise comparativa entre os discursos dessas duas instituições, privilegiando as obras concebidas para fazerem parte do conjunto de comemorações do centenário movimento pernambucano de 1817. A ideia é perceber os significados das ideias de pátria e de nação, presentes no contexto da comemoração. O conteúdo da “pátria pernambucana” proferido pelos discursos do IAGP era muito diferente da ideia de “pátria/nação” presente nos discursos do IHGB? Em que consistiam essas diferenças, se é que elas realmente existiram? É possível percebermos algumas intersecções entre esses discursos? Qual a dimensão das tensões e das ambigüidades existentes nessas aloções? Essas foram algumas hipóteses que nortearam as intenções desse trabalho.

O enfoque sobre os discursos produzidos no ano do centenário de 1817 surgiu como estratégia para identificar os pontos em comum e as divergências entre essas instituições. Afinal, os centenários configuram um campo de observação profícuo para o historiador, na medida em que estão sempre lotados de discursos tendenciosos e reveladores. Nesse caso, os discursos produzidos por ocasião da comemoração deixavam à mostra as escolhas de cada instituição, suas diferentes interpretações acerca de um mesmo evento histórico, ou mesmo, suas impressões sobre um determinado personagem presente nas narrativas. A análise desses discursos nos possibilitou identificar os símbolos nacionais considerados mais importantes em cada caso, tendo revelado as disputas e as reivindicações protagonizadas pelos dois institutos.

Passeamos também por alguns textos, cuja temática privilegiasse outros eventos pernambucanos como a Restauração e a Confederação do Equador, além de alguns textos sobre a Independência, já que o tema 1817 foi, freqüentemente,

situado como um “ensaio” dos acontecimentos de 1822. Entendemos a importância desse exercício como fundamental para a análise dos discursos produzidos sobre 1817. Vários textos produzidos nos centenários da Independência e da Confederação do Equador (1922 e 1924, respectivamente) foram utilizados como complemento para o nosso objeto de estudo principal. Além das revistas dos Institutos, utilizamos algumas obras de autores que também fossem membros dessas instituições, cujo tema tangenciasse os nossos interesses. Alguns artigos de jornais de época, como os do *Diário de Recife*, também foram utilizados. Buscamos ampliar nossas fontes por entendermos que os lugares de sociabilidade que reunia políticos e intelectuais da época eram muito fluidos. Esses homens expunham as suas idéias e defendiam os seus pontos de vista em diferentes espaços ao mesmo tempo.

Na defesa de suas concepções políticas e históricas envolveram-se estadistas, intelectuais, homens públicos, figuras ligadas à imprensa e às instituições históricas. Todos vinculados ao esforço de forjar um modelo de Estado-nação moderno no Brasil, a exemplo dos arquétipos provindos da Europa. Nesse contexto, não houve qualquer separação entre os campos intelectual e político. Normalmente, os mesmos homens que publicavam obras históricas ocupavam cargos públicos importantes e eram membros associados das instituições históricas.

É notável perceber a consciência desses intelectuais quanto à importância do conteúdo de suas idéias. Esses homens chamavam para si a responsabilidade de escrever as linhas da história nacional. Esforçavam-se para compreender o seu próprio tempo histórico e articulavam, para isso, passado, presente e futuro com bastante clareza. Em muitos desses discursos, constatava-se a presença da idéia de um papel pedagógico da história para atender finalidades políticas específicas. Viam como importante a escrita de uma história exemplar, que pregasse a idéia do sacrifício em nome da pátria e do bem comum.

É preciso levar em conta que a própria concepção de história também passava por expressivas transformações na época. Embora ainda continuasse a ser a história dos grandes homens e dos grandes exemplos de vida e de conduta

coletiva¹, a história concebida pelos intelectuais, desde fins do século XIX, era percebida, antes de tudo, como ciência. Uma ciência que dialogava com as teorias nacionais de cunho racial e social vigentes na Europa. Era uma história que se pretendia “moderna”, influenciada pelas ciências sociais, tais como a sociologia, a geografia e a etnografia.

No caso do IHGB, os intelectuais ligados à Instituição se viram forçados a repensar os moldes de sua historiografia e o tipo de narrativa que endossavam. Havia o medo de uma República excessivamente democrática ou radical. Era preciso proceder uma transição segura entre a memória imperial e a memória republicana. Ao mesmo tempo em que era necessária a redefinição dos símbolos nacionais que serviram à legitimação do Império, havia a preocupação com a produção de narrativas que não causassem grandes rupturas em relação aquilo que já havia sido produzido pela própria instituição. O grande desafio era retomar o passado colonial, ponderar sobre as glórias do passado imperial, e ao mesmo tempo, afirmar os valores do presente republicano. Era preciso construir um modelo de narrativa que articulasse harmonicamente Colônia, Império e República.

No caso do IAGP, os intelectuais também demonstravam uma grande preocupação em produzir narrativas históricas que harmonizassem o passado colonial e o presente republicano. Assim como o IHGB, também havia entre eles a preocupação com a construção de uma história nacional ordeira e harmônica, que servisse de exemplo de conduta ao homem comum, com a diferença de que essa narrativa deveria servir ao propósito primeiro de louvar os feitos históricos de Pernambuco. Nesse caso, havia a necessidade de proceder apenas algumas “adaptações”, necessárias ao entrosamento perfeito entre os discursos do IAGP e o contexto republicano.

Embora possamos dizer *a priori*, que havia diferenças importantes entre os discursos do IHGB e do IAGP, partimos da premissa de que, também residiam, no seio das relações entre as instituições históricas da época, muitos pontos em comum. Afinal, a comunidade lingüística, formada por esses políticos e intelectuais, era basicamente a mesma. Vários intelectuais eram membros de duas

¹ A história *Magistra Vitae*, da antiga expressão de Cícero.

ou mais instituições históricas ao mesmo tempo. Poucos se desligavam de uma instituição para se associarem a outra. Havia uma grande fluidez na troca de idéias entre essas instituições, seja para criticarem uns aos outros, seja para compartilharem certas impressões e visões históricas comuns.

A diferença residia no foco dado aos eventos e às personalidades históricas, presentes nas diferentes narrativas históricas, aspecto que se relacionava ao atendimento das necessidades dos grupos políticos de cada região. Em cada instituição, a avaliação daquilo que se pensava ser importante no processo de construção de um novo modelo de identidade nacional, variava conforme as expectativas dos grupos políticos mais influentes de cada região.

No Sudeste do país, que concentrava o núcleo político, econômico e administrativo da época, vivia-se o momento de consolidação dos interesses que não haviam tido tanto sucesso na ordem política anterior. Interessava a essa região, uma conciliação de elementos que pudessem compor um modelo de identidade nacional baseado em valores desejáveis, como a coragem, a abnegação e a disposição ao sacrifício individual, a favor dos interesses da pátria e do bem comum. A eleição da Conjuração Mineira e de Tiradentes como grandes símbolos oficiais da República, tornou-se a mais interessante das opções disponíveis. Um herói nacional ligado a um movimento ocorrido em Minas Gerais, que, em sua época, não significou uma ameaça concreta à estrutura política vigente, acabou por se tornar uma opção segura para os grupos políticos que tentavam consolidar o novo modelo de estrutura política republicana. Tiradentes foi representado como o homem que, apesar de ter sido morto em nome dos ideais da independência, da liberdade e da República, não teria incitado qualquer projeto de sedição, ou mesmo de ameaça à unidade política do Brasil.

Aos grupos políticos do Norte, restava-lhes a busca de alternativas que permitissem uma maior viabilização de seus projetos e interesses. No caso específico de Pernambuco, a idéia era superar o momento de decadência econômica da região, que, nesse primeiro despertar do século XX, vivia o desafio de garantir para a região, o retorno, mesmo que parcial, dos seus áureos tempos de riquezas, obtidos através do cultivo de culturas como a cana-de-açúcar e o algodão.

Levando em consideração todas essas questões, organizamos o presente trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo, de caráter introdutório, intitula-se “Revisitando o passado em tempos de conturbação política, econômica e social”. Pretende uma contextualização política e econômica da época, buscando situar as diferentes motivações que enredaram as comemorações do centenário de 1817, bem como os principais pontos de tensão que envolveram a revisitação do evento. A intenção é compreender como o movimento ocorrido no século XIX foi ressignificado no contexto de seu centenário - um evento histórico que, no passado, propôs um modelo de República com a participação de sociais marginalizados, como escravos, por exemplo.

Uma questão indispensável para o capítulo foi pensar de que forma os intelectuais da época tenderam a situar Dezesete, em tempos de greves operárias e movimentos sociais. Em uma perspectiva mais ampla, pretendemos compreender como a Insurreição Pernambucana se inseriu no novo projeto de construção da nação, no contexto da Primeira República.

O segundo capítulo, intitulado “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano - dois espaços de construção de memória e história”, visa uma apresentação das instituições protagonistas de nossa pesquisa - o IHGB e o IAGP. Pretendemos fazer uma análise dos textos publicados nas revistas dos dois institutos, cuja temática tangenciasse o movimento pernambucano de 1817. A idéia é perceber as rupturas e as continuidades presentes nos textos contemporâneos ao Império e à República, bem como as diferenças e intersecções entre o IHGB e o IAGP acerca do assunto.

O terceiro capítulo, “O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817”, pretende tratar mais especificamente dos conflitos e acordos que abarcaram os preparativos dos festejos do centenário de 1817. Os principais protagonistas do evento, as tensões que enredaram os principais intelectuais envolvidos e os debates políticos e ideológicos que envolveram o evento.

Por fim, é preciso destacarmos que o que estava em jogo era, antes de tudo, a posse sobre os caminhos da nacionalidade brasileira. Quais seriam os heróis e os eventos mais adequados para representar a nação republicana? No esforço de legitimar as suas expectativas, os membros do IHGB e ao IAGP procuraram responder, da forma mais adequada possível, essa grande e crucial questão.

A associação entre história e o processo de construção de identidades faz parte de uma discussão atual no campo da historiografia, pertinente, inclusive, para a reflexão acerca do próprio ofício do historiador. Qualquer análise crítica da escrita da história deve levar em consideração a necessidade de um possível exercício de dessacralização de memória, haja vista, a própria historicidade das narrativas históricas. Refazer a origem e o percurso das construções e reconstruções, operacionalizadas pela memória e pelo discurso histórico, configura uma tarefa complexa para o historiador que se propõe a indagar sobre essas questões. Isso porque ele também está circunscrito na teia de significados que impera na sociedade em que vive. Para os que habitam o presente, os mecanismos de ritualização da história, ativam o contato com um passado a ser, permanentemente, recordado, posto a serviço de um processo de manutenção simbólica dos importantes laços de pertencimento coletivo². Enxergar além do funcionamento desses mecanismos, a fim de compreender as engrenagens do processo de construção das memórias e das narrativas históricas, nem sempre se configura em um exercício simples.

² Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Usos da História: Refletindo Sobre Identidade e Sentido”. In: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf. (Acesso em: 12/04/11).